

## Extensão Rural e Políticas Pro-Market:

Evidências Empíricas Sobre a Produção  
e Comercialização de Leite em Assentamentos  
do Município de Santana do Livramento/RS

Mauro Barcellos Sopena<sup>1</sup>  
Tiago Zardin Patias<sup>2</sup>

<http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2018.44.192-232>

Recebido em: 14/12/2016  
Aceito em: 6/9/2017

### Resumo

O artigo explora e examina experiências recentes sobre a produção de leite em assentamentos da reforma agrária no município de Santana do Livramento, Estado do Rio Grande do Sul. O conteúdo empírico oferecido é analisado a partir de enfoques teóricos advindos das perspectivas novo-desenvolvimentista e *pro-market* de análise. No plano metodológico, as pesquisas bibliográfica e qualitativa são utilizadas com o propósito de revelar correspondências entre o que aquelas abordagens teóricas preconizam e o que a pesquisa de campo aponta. Os resultados globais indicam que as políticas *pro-market* não estão contempladas naquela atividade produtiva. Ademais, ações de inspiração novo-desenvolvimentista, com acesso de produtores rurais ao mercado, são incipientes. A carência de políticas públicas de cunho estratégico – próprias do novo-desenvolvimentismo – é evidenciada, portanto, no conjunto de categorias utilizado.

**Palavras-chave:** Produção de leite. Políticas *pro-market*. Novo-desenvolvimentismo.

<sup>1</sup> Doutor em Extensão Rural e Desenvolvimento pela Universidade Federal de Santa Maria. Professor da Universidade Federal do Pampa, campus Santana do Livramento. mauroopena@unipampa.edu.br

<sup>2</sup> Doutor em Administração pela Universidade Federal de Santa Maria. Professor Adjunto da Universidade Federal de Santa Maria, campus Palmeira das Missões. tzpatias@yahoo.com.br

## **RURAL AND PRO-MARKET POLICIES EXTENSION: EMPIRICAL EVIDENCE ON THE PRODUCTION AND MARKETING OF MILK IN SETTLEMENTS OF SANTANA DO LIVRAMENTO/RS**

### **Abstract**

---

The article explores and examines recent experiences on milk production in agrarian reform settlements in the municipality of Santana do Livramento, state of Rio Grande do Sul. The offered empirical content is analyzed from theoretical approaches arising from new developmentalist perspective and pro-market analysis. At the methodological level, the literature and qualitative research are used for the purpose of revealing correspondence between those theoretical approaches advocated and the field study points. The global results show that the pro-market policies are not included in the productive activity studied. In addition, shares of new developmentalist inspiration, with access to the farmers market, are incipient. The lack of public policies of strategic agendas – own the new developmentalism, is demonstrated in the set of categories used.

**Keywords:** Milk production. Pro-market policies. New developmentalism.

A atividade agropecuária possui um importante papel no desenvolvimento da sociedade. Este setor mostra-se estratégico pelo seu estímulo à economia brasileira, promovendo o desenvolvimento econômico e a geração de emprego e renda, além de contribuir para a segurança alimentar, a redução da pobreza e da desigualdade no país e cooperar de maneira significativa para elevar a qualidade ambiental dos ecossistemas (GARCIA; VIEIRA FILHO, 2014).

Um dos segmentos que se revela fundamental neste processo é a produção leiteira. Experiências recentes sobre a produção de leite em assentamentos da reforma agrária no município de Santana do Livramento, no Estado do Rio Grande do Sul, extremo sul do Brasil, são analisadas de forma central no presente artigo. Nesta tarefa, questões empíricas são apresentadas e discutidas à luz de experiências pontuais relacionadas ao escopo da extensão rural e ao sentido de desenvolvimento produtivo observados naquela realidade. Recorre-se, para tanto, aos modelos teóricos próprios da perspectiva novo-desenvolvimentista e das políticas *pro-market*. Nesta última abordagem privilegia-se a literatura internacional referente à extensão rural, sobretudo pelo aporte que esta oferece para estudos direcionados ao desenvolvimento produtivo.

A caracterização da região estudada, assim como os dados mais relevantes acerca da realidade dos assentamentos, é oferecida como forma de subsidiar o conhecimento sobre a realidade. A partir de dados secundários e informações técnicas do Sistema Integrado de Gestão Rural da Ates (Sigra), reúne-se dados consolidados que permitem uma identificação mais apurada da região. No âmbito da Ates<sup>3</sup> e das diferentes entidades e organizações que participam diretamente daquela atividade produtiva, organiza-se o trabalho empírico acerca dos elementos centrais oferecidos nos escritos teóricos selecionados. Considera-se profícuo o esforço de filtrar experiências de extensão

---

<sup>3</sup> Programa de Assistência Técnica, Social e Ambiental. As práticas de Ates no Rio Grande do Sul estão centradas no desenvolvimento de assentamentos rurais da reforma agrária, particularmente conduzidas pelo Incra/RS, pelo Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e pelo Projeto Somar (DIESEL; NEUMANN; SÁ, 2012).

rural por meio da literatura indicada, em especial (a) pelo pressuposto, aqui assumido, de que a política agrícola brasileira sujeita-se à agenda de Estado e, em complemento, (b) pela constatação de que o acesso de pequenos produtores ao mercado é condição desejável naquela literatura (*pro-market*).

O objetivo principal deste estudo é analisar em que medida as ações de extensão rural traduzem o papel novo-desenvolvimentista atribuído ao Estado brasileiro e o quanto as políticas *pro-market* de acesso ao mercado estão contempladas naquelas práticas. A condução desta pesquisa justifica-se ao menos por duas razões fundamentais: o avanço em termos de conhecimento sobre a realidade da reforma agrária, dos assentamentos e dos atores envolvidos no processo e em complemento, pelo esforço de compreender a forma como os produtores rurais assentados acessam o mercado, assim como o desenvolvimento produtivo desse grupo de famílias.

Em termos metodológicos, privilegia-se a pesquisa qualitativa. Por outro lado, o aporte teórico utilizado, ao criar condições acadêmicas de interpretar a realidade, permite que a análise empírica seja conduzida mantendo correspondência direta com o que preconiza a literatura. Nestas condições, investiga-se a realidade dos assentamentos da reforma agrária situados no município de Santana do Livramento. Recorre-se à pesquisa de campo como forma de obter resultados acerca da produção de leite daqueles produtores, centrando a análise em entrevistas com atores do processo.

O trabalho está dividido em cinco partes. Além desta (a) introdução, conta com (b) a revisão teórica; (c) os procedimentos metodológicos empregados na pesquisa; (d) os resultados acerca das experiências de extensão rural e, por fim, (e) as conclusões do estudo.

## Referencial Teórico

Esta seção apresenta a estrutura teórica da pesquisa. A seleção de trabalhos, nela oferecida, pretende ser apropriada do ponto de vista de sua correspondência com as experiências de extensão rural, expostas na análise

empírica. Além da discussão sobre o novo-desenvolvimentismo, apresenta-se o contexto do debate sobre acesso a mercados (*pro-market*), recorrente na literatura internacional sobre serviços de extensão rural.

## ***O Novo-Desenvolvimentismo***

O conceito de desenvolvimento produtivo está fortemente inserido na perspectiva novo-desenvolvimentista. O acesso de pequenos produtores ao mercado, de outro modo, tem sido percebido como elemento central nesta perspectiva teórica. Referências internacionais vinculadas ao *Neuchâtel Group* utilizam o conceito de políticas *pro-market* como forma de indicar o formato da extensão rural orientada ao mercado. Este aporte teórico, portanto, apresenta-se apropriado para pesquisas que se orientam no sentido de analisar práticas e experiências na área de extensão rural. Considera-se esta discussão fundamental, especialmente pela possibilidade de verificação de como este sentido de Estado, próprio da interpretação novo-desenvolvimentista, deriva para as práticas de extensão rural, com que vitalidade se forma e que propriedade assume (SOPEÑA, 2015).

Em termos de agenda, a centralidade das cadeias produtivas baseadas na produção de *commodities* e no avanço produtivo do agronegócio brasileiro mostra-se expressiva; tanto teórica quanto empiricamente (SCHNEIDER, 2010; TEIXEIRA, 2013). Para Buainain et al. (2013), o predomínio do capital no meio rural apresenta-se como um inovador cenário. Nestes termos, a literatura sobre o novo desenvolvimentismo revela-se conexa a esta constatação, sobretudo pelo fado de sustentar a grande interação entre Estado e mercado em um mundo cada vez mais complexo (SISCÚ; PAULA; MICHEL, 2007; ARBIX; MARTIN, 2010; CARDOSO JR; SIQUEIRA, 2011; CARRILLO, 2014).

Para Bresser-Pereira (2006), o conceito de novo-desenvolvimentismo passa por

um “terceiro discurso”, entre o discurso populista e o da ortodoxia convencional, e o conjunto de diagnósticos e idéias que devem servir de base para a formulação, por cada Estado-Nação, da sua estratégia

nacional de desenvolvimento. É um conjunto de propostas de reformas institucionais e de políticas econômicas, por meio das quais as nações de desenvolvimento médio buscam, no início do século XXI, alcançar os países desenvolvidos. Como o antigo desenvolvimentismo, não é uma teoria econômica: baseia-se principalmente na macroeconomia keynesiana e na teoria econômica do desenvolvimento, mas é uma estratégia nacional de desenvolvimento. É a maneira pela qual países como o Brasil podem competir com êxito com os países ricos e, gradualmente, alcançá-los (p. 12).

Em estudo de Saad-Filho e Morais (2011) o escopo do novo-desenvolvimentismo pode ser assinalado como

um corpo articulado de políticas econômicas baseadas teoricamente no keynesianismo e no estruturalismo cepalino. Seu objetivo é representar uma nova estratégia de desenvolvimento, superando o nacional-desenvolvimentismo tradicional e adequando os seus princípios às novas realidades emergentes da revolução tecnológica e da globalização. Essa política econômica advoga a necessidade de uma ruptura com as políticas macroeconômicas neoliberais, a serem substituídas por novas políticas monetárias, cambiais e fiscais, e subordina a adoção das novas políticas à existência de um projeto nacional para o Estado brasileiro (p. 520).

Revela-se, nestas citações, forte motivação do ponto de vista do desenvolvimento produtivo. Estado e mercado, portanto, importam e complementam-se (CARDOSO JR.; SIQUEIRA, 2011). A união desta abordagem teórica com o receituário *pro-market* é notória, sobretudo quando passa a estruturar a questão do acesso dos produtores ao mercado. Esta orientação é examinada na seção seguinte.

### ***Políticas Pro-Market***

A literatura internacional relativa às recomendações sobre extensão rural abarca publicações diretamente relacionadas ao acesso de pequenos produtores ao mercado. Como referido anteriormente, tais políticas coadunam-

-se com as questões centrais expostas pelo viés novo-desenvolvimentista, especialmente por privilegiar o acesso ao mercado via políticas estratégicas (SOPEÑA, 2015).

A agregação de valor é um dos conceitos destacados como fundamental em políticas de extensão rural (SWANSON; RAJALAHTI, 2010). Em complemento, os autores consideram que a superação de políticas *top-down* (de cima para baixo), a valorização produtiva e a preparação em termos de recursos humanos orientados ao mercado (*economic literacy*) são vitais em políticas *pro-market*. Conceitos como informações do mercado, posicionamento dos produtos, certificação, agroindustrialização, são considerados importantes para o acesso a mercados no exterior. Vislumbra-se, nesta corrente teórica, que a natureza da extensão rural está fortemente voltada ao acesso ao mercado, em muitos casos reunindo as prescrições em um conceito mais amplo, o de *Regoverning Markets* (LOUW, 2008; SULAIMAN; DAVIS, 2012). Neste plano conceitual, portanto, a adaptação de pequenos produtores ao mercado é um valor central.

Christoplos (2008), com apoio do *Neuchâtel Group*, considera a importância de atendimento (a) às exigências do mercado, (b) ao conhecimento mercadológico, (c) às análises sobre cadeias produtivas, (d) ao conjunto de atores e (e) às transferências de tecnologia como elementos essenciais desta estratégia de inserção ao mercado, argumentos corroborados igualmente por Seville, Buxton e Vorley (2011). Alarcon (2012) considera que o trabalho extensionista deve ser pautado na gestão/promoção da inovação e aprendizagem com ênfase em cadeias de valor (mercado), compreendendo um amplo número de participantes e garantindo o sentido territorial da atividade.

Na mesma linha estratégica, Kahan (2011) adverte que a coordenação da cadeia de valor é um serviço que normalmente não é fornecido pelos extensionistas do setor público. O *Neuchâtel Group*, referência internacional em serviços de extensão rural, oferece um conjunto de estudos, em diferentes áreas de pesquisa. Assim como fora destacado por Swanson (2006) e Christoplos (2008), o aumento da competitividade dos pequenos produtores

é uma meta essencial, visto “que serviços de conhecimento ajudam os pequenos e médios agricultores e outros atores das cadeias de valor agrícola a aumentar seu acesso aos mercados e garantir benefícios da comercialização” (NEUCHÂTEL GROUP, 2008, p. 11).

Uma correspondência entre as abordagens novo-desenvolvimentista e *pro-market* está caracterizada. Elementos metodológicos da pesquisa são a seguir apresentados. Posteriormente, categorias de análise são engendradas com o intuito de analisar a realidade dos assentamentos rurais.

## Metodologia

A metodologia empregada neste estudo privilegia inicialmente a pesquisa bibliográfica, de natureza exploratória. O trabalho parte de uma reflexão teórica que, segundo Poupert et al. (2010, p. 134), “não visa tanto à operacionalização dos conceitos que possibilitam dar início à pesquisa, [...] como à delimitação progressiva do objeto”. Para os autores, uma pesquisa bibliográfica abrangente é válida quando se concebe o conhecimento como cumulativo, especialmente pelo fato de que “é preciso ler o que se escreveu sobre o tema e sondar os domínios teóricos que podem esclarecer a questão” (POUPART et al., 2010, p. 135). Considera-se, portanto, que o esforço de vincular elementos teóricos é fundamental na condução da presente pesquisa, permitindo, *ex ante*, a construção de um aporte teórico sólido e pertinente com relação à pesquisa empírica.

Em momento posterior, o trabalho realiza a pesquisa de campo, de caráter qualitativo. Esta fase destina-se à construção de um conteúdo empírico capaz de ser sujeitado aos escritos teóricos. Assim, experiências de extensão rural são avaliadas por meio de entrevistas semiestruturadas, com informantes qualificados que compõem o conjunto de atores envolvidos com a produção de leite em assentamentos do município de Santana do Livramento/RS. Assim como no caso da pesquisa bibliográfica, assume-se aqui o caráter exploratório presente na coleta de dados. Entrevistas abertas foram



realizadas com assentados, imediatamente após a realização daquelas feitas com o segundo grupo composto pelas organizações que atuam no setor. O objetivo principal desta segunda fase de entrevistas relaciona-se particularmente à averiguação das informações prestadas pelo primeiro grupo, como forma de confrontar as informações já obtidas. De outro lado, entende-se que o surgimento de novos dados nesta fase pode igualmente contribuir para a análise. Assim, a técnica da entrevista aberta foi considerada pertinente.

A entrevista, na condição de técnica científica de coleta de dados, permite valioso exame de questões subjetivas e, segundo apontam Boni e Quaresma (2005, p. 72), “os dados subjetivos só poderão ser obtidos através da entrevista, pois que, eles se relacionam com os valores, as atitudes e as opiniões dos sujeitos entrevistados”. É mister destacar que a opção por entrevistas semiestruturadas não se justifica exclusivamente pelo caráter exploratório que o estudo possui, como anteriormente mencionado. Assim, soma-se a este intento o propósito de expandir, quando possível, o número de fenômenos novos que cada entrevista possa suscitar; como ocorrido no momento de pré-teste do instrumento de coleta de dados. Poupart et al. (2010) entendem a entrevista de tipo qualitativo como método que, embora careça de consenso acerca de suas vantagens e limitações, é usualmente considerado como

um acesso privilegiado para apreender o ponto de vista e a experiência dos atores, [não havendo, porém] concordância sobre o que a análise de seus discursos permite dizer a propósito das realidades sociais, nem sobre o que os pesquisadores devem fazer socialmente com os depoimentos colhidos (p. 246).

Esta relativização do método de coleta de dados não deve ser desprezada, no entanto deve-se aceitar que os métodos científicos, em suas diversas naturezas, apresentam limitações de ordem técnica e mesmo epistemológica. A escolha acertada deve ser buscada e, neste trabalho, por sua natureza e

objetivos, a entrevista semiestruturada apresenta-se como a mais adequada para o grupo de informantes qualificados; assim como a escolha de entrevista aberta para o segundo grupo.

O trabalho de pré-teste (estudo-piloto), destinado a testar o instrumento de pesquisa, foi realizado no dia 4 de fevereiro de 2014, diretamente com um pesquisador e docente da Universidade Federal do Pampa – Unipampa – que possui estudos sobre reforma agrária e trabalhos de extensão em assentamentos do município. A coleta de dados foi realizada entre os dias 5 de fevereiro e 7 de março de 2014. No registro de entrevistas semiestruturadas é possível identificar um total de 20, das quais 13 (65%) compreenderam a aplicação do instrumento de pesquisa propriamente dito (informantes qualificados para obtenção dos dados) e as demais (35%) relacionam-se aos contatos e visitas adicionais para coleta de informações específicas que surgiram no decorrer das conversas. Entrevistas abertas foram realizadas com assentados, num total de 9. Importa informar que em todas elas foi garantido, ao entrevistado, o anonimato.

Para a entrevista aberta, realizada com assentados do município, o procedimento de entrevista por saturação teórica foi adotado. Esta técnica de entrevista é representada, segundo Fontanella, Ricas e Turato (2008, p. 17), pela possibilidade de suspensão da coleta e “de inclusão de novos participantes quando os dados obtidos passam a apresentar, na avaliação do pesquisador, uma certa redundância ou repetição”.

Do ponto de vista empírico, as questões aplicadas aos entrevistados de ambos os grupos foram organizadas para um conjunto de temas próprios da literatura, permitindo a análise posteriormente elaborada. As categorias de análise construídas são a seguir expostas:

- a) acesso ao mercado (tipos, características, especificidades);
- b) políticas de extensão rural orientadas ao mercado (sua natureza técnica e/ou estratégica);

- c) produção e agregação de valor ao produto (recursos, orientação, competitividade);
- d) aspectos acerca de *economic literacy* (relações comerciais, parceiros de negócios, duração das relações comerciais, conhecimento sobre a cadeia produtiva, preparação de recursos humanos, conhecimento mercadológico, certificação/normatização de mercado e inovação);
- e) sobre políticas públicas (especificidades, políticas *top-down*, participação de atores, engajamento político, sensibilidade do poder público quanto aos projetos em assentamentos);
- f) O sentido de cooperação (interação com pares e *stakeholders*, formação de lideranças, envolvimento com o processo produtivo).

Após a revisão teórica, envolvida e construída a partir de duas dimensões (novo-desenvolvimentismo e literatura internacional sobre extensão rural), a análise sobre as experiências pontuais de extensão rural foi realizada. Ao final da análise, as categorias são discutidas como meio de se obter os resultados do estudo, ou seja, em que medida as ações de extensão rural traduzem o papel novo-desenvolvimentista atribuído ao Estado brasileiro e o quanto as políticas *pro-market* de acesso ao mercado estão contempladas naquelas práticas.

## Resultados

### *O Contexto da Pesquisa*

Santana do Livramento, cidade símbolo da integração do Mercosul, é um município gaúcho situado em região denominada Fronteira Oeste, fazendo fronteira com o Uruguai. Situa-se a uma latitude 30°53'27" sul e a uma longitude 55°31'58" oeste. Sua distância da capital, Porto Alegre, é de 498 km. A Figura 1 indica a localização do município, que se limita com Rivera, Dom Pedrito, Quaraí e Rosário do Sul.

Figura 1 – Mapa – Santana do Livramento, Rio Grande do Sul, Brasil



Fonte: Fundação de Economia e Estatística (FEE/RS, 2016).

De acordo com dados da FEE (FUNDAÇÃO..., 2016), o município possui uma população total de 81.427 habitantes, área de 6.950,4 km<sup>2</sup> e expectativa de vida de 72,17 anos. O município foi criado em 10 de fevereiro de 1857. Com economia baseada principalmente na agricultura e no comércio, o município defronta-se, em tempos atuais, com uma nova realidade, oriunda da reforma agrária ali estabelecida. Para Aguiar e Medeiros (2010, p. 227),

Desde o início da década de 1990, a Campanha Gaúcha vem sendo objeto de políticas da reforma agrária, hoje com centenas de projetos de assentamento instalados. Este ambiente de características morfológicas e climáticas bastante peculiares pela estrutura fundiária com predomínio de grandes propriedades se mantém como área de interesse para reforma agrária no Estado, com a perspectiva de instalação de mais famílias na região diante da pressão social existente.

Nesse contexto, Santana do Livramento representa importante espaço para a discussão da reforma agrária, sendo, inclusive, incorporada como núcleo operacional em projetos de Ates/RS encaminhados pelo Instituto

Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Inkra. O processo de reforma agrária presente em Santana do Livramento conta com 31 assentamentos. Para Aguiar e Medeiros (2010, p. 228):

De modo de vida arraigado na tradição da pecuária extensiva, a chegada de milhares de famílias de outras partes do estado produz um novo contexto na Campanha [...] com o processo de reforma agrária e a chegada de milhares de famílias de outras partes do Estado, a Campanha se complexifica; novos atores vivendo, interagindo, produzindo uma diferente organização do espaço e, conseqüentemente, efeitos sobre a realidade anterior. Santana do Livramento, hoje, abriga 31 projetos de assentamento da reforma agrária, totalizando 26.257 hectares de terras; esses vêm sendo instalados na região desde 1992, e apresentam uma situação bastante heterogênea.

Para as autoras, a atividade leiteira, aqui discutida, é altamente representativa no total produzido em assentamentos. Segundo apontam, “o leite é o ‘carro-chefe’, garantindo uma importante renda mensal para as 525 famílias envolvidas. A coleta é realizada através dos caminhões da Coperforte [...] e encaminhada para processamento na Cosulati” (AGUIAR; MEDEIROS, 2010, p. 250). Dados secundários coletados no Sigrá revelam que o número de famílias assentadas atualmente é de 797 (dados consultados em 5 de fevereiro de 2014). O número de assentados naquele registro chega, portanto, a mais de 2.334 pessoas. A seguir, a Figura 2 ilustra a tela de coleta de dados do sistema.

Figura 2 – Recorte de Tela com Dados do Sigrá

<u>09 - SANTANA DO LIVRAMENTO</u>	<u>I - 1 PESSOA</u>	181
	<u>II - 2 PESSOAS</u>	168
	<u>III - 3 PESSOAS</u>	170
	<u>IV - 4 PESSOAS</u>	140
	<u>V - 5 PESSOAS</u>	81
	<u>VI - MAIS DE 5 PESSOAS</u>	57
	Total	797 

Fonte: <<http://www.sigrá.net.br>>

A Tabela 1 apresenta a produção para a bovinocultura de leite entre assentamentos de Santana do Livramento. Não há registro de comercialização nas seguintes modalidades: entrega domicílio, feira livre, atravessador, pequenos mercados e redes de varejo. Por outro lado, estatísticas são observadas para autoconsumo, processado, uso lote, venda propriedade e cooperativas, esta última a mais significativa em termos de volume.

Tabela 1 – Bovinocultura de Leite em Assentamentos do Município  
– 2013 – em litros

Produção	Autoconsumo	Processado	Uso Lote	Propriedade	Cooperativas
Até 3.000 l/ano	71.545	9.500	28.480	3.180	756.780
3.001 a 12.000 l/ano	42.480	4.600	19.300	500	374.000
12.001 a 36.000 l/ano	43.830	2.100	39.160	29.600	1.584.020
36.001 a 75.000 l/ano	20.410	0	14.000	0	1.331.900
75.001 a 120.000 l/ano	200	0	0	0	180.000
Total	178.465	16.200	100.940	33.280	4.226.700

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Sigr.

Ao contrário do que destaca Aguiar (2011), não há venda somente em cooperativa e *in natura*. Os dados do Sigr apontam para outras modalidades possíveis para a produção. De outro modo, como adiante explorado, outros agentes econômicos interagem diretamente na cadeia produtiva do leite, envolvendo, em alguns casos, a produção em assentamentos.

O conjunto de organizações que interage efetivamente com a realidade da produção leiteira, nos mais diferentes assentamentos do município, revela-se muito complexo. Diante disso, considera-se importante retratá-lo aqui como forma de caracterizar o ambiente institucional que sustenta aquela atividade produtiva. O conceito de *grupo gestor*, usualmente empregado em investigações agrárias de Ates, neste caso não se aplica integralmente. Pelo conteúdo do trabalho, muitos atores atuantes no cenário produtivo não se configuram, pelas ações que praticam, integrantes de um grupo gestor. O Quadro 1 retrata a distribuição de entidades participantes do cenário em estudo, permitido que, adiante, análises pontuais possam emergir.

**Quadro 1 – Entidades Participantes da Produção Leiteira  
em Assentamentos do Município**

<b>Entidade</b>	<b>Atuação Principal</b>	<b>Interação Direta com Produtores Rurais Assentados</b>
Arranjo Produtivo Local do Leite de Santana do Livramento (APL do Leite)	Pesquisa e Extensão	Alta
Câmara Municipal de Vereadores de Santana do Livramento	Política e Legislação	Alta
Cooperativa Regional dos Assentados da Fronteira Oeste – Coperforte	Produção	Alta
Cooperativa dos Produtores de Leite de Santana do Livramento – Cooplesa	Produção	Nenhuma
Cooperativa Sul-Riograndense de Laticínios – Cosulati	Produção	Baixa
Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural – Emater/RS – Ascar	Assistência Técnica	Nenhuma
Incra/Ates/Coptec	Assessoria Técnica, Social e Ambiental em Assentamentos	Alta
Inspetoria Veterinária e Zootécnica	Fiscalização, Controle Sanitário e Assessoria Técnica	Média
Laticínio Santa Luíza	Produção	Média
Laticínio SkyLab	Produção	Baixa
Pesquisador/Docente – Universidade do Estado do Rio Grande do Sul – Uergs	Pesquisa	Alta
Pesquisador/Docente – Unipampa	Pesquisa	Alta
Poder Público Local	Política	Alta
Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Assuntos Agrários de Santana do Livramento – Smapa	Assistência Técnica	Média
Sicredi	Assessoria Técnica Financeira	Baixa

Fonte: dados da pesquisa.

O segmento produtivo do leite em Santana do Livramento-RS é bastante representativo, tendo em vista a importância para a economia das famílias e do município. Considerando-se que a maioria são pequenos produtores, o volume de recursos circula praticamente todo dentro do mu-

nicípio, movimentando o mercado local. Por isso, o envolvimento dos mais diversos atores que sabem da importância deste segmento para todos direta ou indiretamente.

## **Pesquisa de Campo**

O conteúdo empírico construído na pesquisa é a seguir apresentado. A elaboração percorre as seis categorias de análise com o intuito de sintetizar os elementos extraídos das entrevistas realizadas. O conjunto de informações, embora complexo e abrangente, converge em direção aos temas de análise, permitindo maior solidez aos resultados posteriormente descritos.

### ***Acesso ao Mercado***

A produção e comercialização de leite em assentamentos do município de Santana do Livramento/RS caracterizam-se claramente pela formação de um monopólio. Nesta estrutura de mercado, um único comprador, de grande porte, a Cosulati, negocia com diversos vendedores (assentados); transação esta que resulta, portanto, de uma forma imperfeita de concorrência. O conjunto de entrevistas não permite outro entendimento senão o de que importante parcela da produção é destinada ao mesmo comprador. Embora esta primeira aproximação seja inquestionável do ponto de vista do funcionamento do mercado, outros elementos são importantes nesta reflexão. A construção deste monopólio é resultado direto de um contrato relacional entre a Coperforte e a Cosulati. Por outro lado, o conjunto de famílias assentadas produtoras de leite está representado comercialmente e operacionalmente pela Coperforte, fato este que intensifica a relação contratual entre as duas cooperativas. A representante da Coperforte observa: “Existe um acordo de que a Cosulati não pega leite nos locais onde a Coperforte pega”.



No entender do representante do poder público municipal, os assentados encontram na relação contratual com a cooperativa sua melhor opção, “em relação à produção leiteira, é onde eles [assentados produtores de leite] se encontram melhor estruturados, através da Coperforte, que recolhe diariamente o leite e vende para uma indústria de Pelotas”. Na análise de um agente financeiro do Sicredi,

o acesso ao mercado, na maioria dos casos, é feito através de cooperativas de produção ou associações fundadas por eles mesmos. Com certeza, é a maneira mais correta de vender a produção, pois, com o pouco de cada produtor se torna um volume considerável, permitindo que eles consigam vender seu produto leite por valor melhor, permitindo a viabilidade das próprias empresas (exemplo Danby) em recolher o produto.

Esta proposição, por outro lado, apresenta uma limitação de ordem conceitual que pode ser percebida nas palavras do assessor técnico do Núcleo Operacional Santana do Livramento (Programa de Ates): “Eles [Coperforte] ‘sentaram em cima’, sabe? Não que não seja bom o que eles fazem e tal, mas a parte de sentar para dialogar e pensar uma coisa maior eles não querem. Ficaram de dono e isso dificulta. O grupo gestor de lá [Núcleo Operacional de Santana do Livramento] é a própria Coperforte”.

A Coperforte possui, naturalmente, um componente político que a ela é intrínseco. Ao observar esta relação, o assessor técnico de Ates ressalta que “eles [Coperforte] têm um vereador lá que domina tudo; é muito influente e decide”. O sentido contratual existente entre as cooperativas pôde assim ser compreendido em entrevista realizada com o referido vereador: “O leite todo é levado para um posto de resfriamento e, depois, vai direto para Pelotas, num convênio (uma parceria) feito com a Cosulati. A Cosulati é uma empresa da região sul que se identifica bastante com a intercooperação; é um convênio muito bom para a Coperforte”. Para técnicos da Smapa, “a produção de leite em assentamentos vai direto para a Danby/Cosulati (na BR 158) através da Coperforte, numa parceria forte que já tem tempo”.

Outras entrevistas corroboram as afirmações anteriores, notadamente quanto ao forte compromisso firmado entre ambas as cooperativas. Para um técnico representante da Emater, “o leite não tem problemas de comercialização, vai tudo direto para a Cosulati”.

Em entrevista com o proprietário do laticínio Santa Luíza verifica-se observação importante sobre a viabilidade daquele empreendimento.

A Coperforte tem um lucro fantástico. Eu disse pra eles, pegam o leite do produtor e só repassam pra Pelotas. Se ganharem trinta centavos por litro, são seiscentos mil por ano. É um baita negócio; ninguém tem isso. [...] Sou e quero continuar sendo totalmente independente; com a Coperforte eu não tenho nada, somente industrializo pra eles entregarem nas escolas.

Registros menos expressivos, porém importantes na análise sobre o acesso de produtores ao mercado, referem-se às vendas ao PAA e Pnae.<sup>4</sup> Executadas pela Coperforte e a Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos – Coptec – as ações de participação nos referidos programas são apenas marginais. Para a representante da Coperforte, menos de 10% de toda a produção de leite atinge estes mercados e os esforços neste sentido são realizados pela Coptec sem, no entanto, grandes resultados: “O pessoal da assistência técnica pensa um pouco no PAA e outras coisas [...] como a comercialização e a feira do produtor, mas falta muita coisa ainda”. O entrevistado da Câmara Municipal de Vereadores confirma o baixo índice e argumenta que “a Coptec nos ajuda [...] e a gente trabalha um pouco com o PAA e o Pnae, da merenda escolar”. Para a técnica da Smapa, “os produtores rurais assentados acessam o PAA e o Pnae, mas apenas um pouco”.

---

<sup>4</sup> O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) são, basicamente, programas do governo federal que fazem parte dos chamados mercados institucionais e promovem a aquisição de alimentos oriundos da agricultura familiar.

Em complemento à pequena participação em mercados institucionais, o trabalho de campo possibilitou desvendar outra forma de acesso ao mercado que, embora velada, mostra-se recorrente entre os produtores rurais assentados. A venda direta aos dois laticínios privados estabelecidos no município parece coexistir com a comercialização via Coperforte. Para um dos representantes da Câmara Municipal, “os assentados utilizam em alguns casos o laticínio Santa Luíza (de Livramento) na venda direta de leite”. No entendimento do pesquisador e docente da Unipampa, embora não se configure uma prática condizente com a cooperação já configurada, a venda direta ao laticínio Santa Luíza existe:

[...] é um cara que tem o laticínio, não recorro de ter participado dos encontros promovidos pelo APL do leite [...] é um oportunista do mercado. Vende no Righi [supermercado local] o leite Santa Luíza. O leite do Santa Luíza provavelmente vem um pouco dos assentados sim [...] mas acredito não ser esta uma prática correta, pois prejudica a cooperação.

Em consulta específica sobre a venda de leite oriundo de assentamentos às indústrias estabelecidas no município, a representante da Coperforte admite a ocorrência da venda direta ao laticínio, embora a considere insignificante. Do mesmo modo, reconhece a presença e a participação de outro laticínio de pequeno porte participante do mercado, denominado SkyLab Laticínios Indústria e Comércio Ltda. Em contato com a representante do Laticínio SkyLab, foi confirmada a comercialização direta com assentados. A entrevistada afirmou que “trabalha com baixa produção, de pequeno porte, mais é produção própria mesmo. [...] É, eu já peguei sim de produtor assentado, a gente pega de produtor, né? Mas isso não precisa aparecer né? [...] por quê? [...] trabalho com produção que é própria mesmo”. Para os técnicos da Coptec a venda direta aos laticínios é uma realidade, mas o volume não pode ser considerado significativo.

Em visita ao Laticínio Santa Luíza, três entrevistas foram realizadas, uma delas diretamente com o proprietário. Pelas informações coletadas fica plenamente caracterizada a ocorrência de venda direta de leite oriundo de assentamentos à indústria. Sobre a origem do leite industrializado, o proprietário do laticínio argumentou: “Compro sim de assentados, de pequeno produtor, de grande também, de tudo eu trabalho, de tudo”. Sustentam-se, portanto, as informações anteriores. A referida indústria possui 13 colaboradores e capacidade produtiva (tratamento e embalagem) de 20 mil litros/dia de leite (pasteurizados – saquinho).

Em linhas gerais, portanto, verifica-se a existência de um monopólio para aquela atividade produtiva. Em adição, a incipiente participação em mercados institucionais – dada a regulação por contrato bilateral e o forte componente político observado na relação, indica uma forte inconsistência entre a realidade observada e o modelo *pro-market* anteriormente apontado (SWANSON, 2006; CHRISTOPLOS, 2008; SWANSON; RAJALAHTI, 2010).

### ***Políticas de Extensão Rural Orientadas ao Mercado***

O relato das ações de extensão rural promovidas em assentamentos do município requer apontamentos iniciais: embora a estrutura daquelas ações tenha sido determinada para o conjunto de famílias assentadas, uma trama complexa de interações de ordem política parece dividir a ação extensionista entre os produtores de leite assentados e não assentados (estes últimos assistidos pela Emater). Especificamente neste tema, o conteúdo furtivo de boa parte das entrevistas, portanto, reforça a tese de que uma dissensão institucional existe, especialmente entre a Emater e a Coptec. Segundo observa o pesquisador da Unipampa, “a Emater não atende assentados porque a Coptec é quem faz, [...] mas isso é difícil de determinar, envolve política, [...] talvez o pessoal da Emater possa esclarecer melhor essa questão, eu não quero especular aqui”. Para o técnico da Emater, o sentido

político envolvido no trabalho de extensão rural caracteriza a dissensão: “Trabalhamos [com assentados] até 2009 e depois de uma licitação, ficou com a Coptec, que é mais vinculada ao movimento [MST] e assim nós nem participamos da licitação”.

Do ponto de vista estrutural, há um notório consenso de que o número de técnicos que prestam serviços de assistência técnica é extremamente baixo; segundo informa a representante da Coperforte, “o produtor é muito carente de assistência técnica, Frutinhas e Pampeiro, por exemplo, são longe e isso dificulta a assistência técnica. Os governos também não ajudam”. No entendimento do vereador da cidade,

os assentados em Livramento são assistidos pela Coptec, que é uma cooperativa parceira da Coperforte, mas o problema da assistência técnica é que cada técnico tem a responsabilidade de atender aproximadamente 100 famílias e, assim, cada família recebe a visita de um técnico a cada 90 dias. A Coperforte está lutando para conseguir um veterinário conveniado da prefeitura para melhorar a situação.

Em termos de gestão e orientação para o mercado, dificuldades de natureza conceitual surgem entre os entrevistados. Segundo pesquisador da Uergs,

a lógica do assentado é diferente de um empresário rural e, portanto, necessita de uma extensão rural diferente. Isso impacta a gestão, a tecnologia e a produção; a extensão rural praticada aqui tem muita dificuldade nisso. [...] a atuação da Coptec é bem generalista e vai para assistência social também, além de questões técnicas.

Ao se referir à assistência técnica prestada pela Coptec aos assentamentos, o representante da Emater igualmente aponta insuficiências na condução dos trabalhos. Para o entrevistado, [o trabalho executado] “é mais

técnico e mesmo assim deixa a desejar; a parte de gestão não tem não e o serviço, quando comparado ao que a Emater poderia realizar, é bem precário”. Para o agente financeiro do Sicredi,

essas políticas muitas vezes são levadas somente ao produtor, não ficando nada claro para o mercado como um todo. O programa é muito importante para o desenvolvimento da agricultura familiar, sendo no meu ponto de vista, necessário ter uma comunicação mais eficaz com o mercado como um todo, sendo ele financeiro ou não. O Sicredi possibilita a inclusão financeira no mercado destes produtores e associações. Para isso, o pré-requisito é ser sócio do Sicredi.

O prefeito do município afirma que existem ações voltadas ao mercado, “sim, elas [ações] são orientadas ao mercado, e a ação extensionista é muito positiva; mas ainda bastante restrita pelo pequeno número de profissionais frente à enorme quantidade de agricultores familiares existente em nosso município”. No mesmo depoimento, entretanto, afirma que o “acesso ao mercado consumidor, de um modo geral, ainda se dá de maneira bastante limitada”. Técnicos da Coptec, por outro lado, salientam que os serviços contemplam a “gestão e a formação dos assentados, especialmente quanto à parte social”. A coordenadora regional dos assentamentos observa que a “Coptec tem 11 técnicos lá, a assistência técnica não é só técnica, tem atuação social também. Gestão não tem não”. Para o docente da Unipampa e a técnica da Smapa, o trabalho de extensão rural é exclusivamente técnico. O técnico de Ates argumenta “que a Coptec faz um trabalho bom sim; eram 11 técnicos e, agora, já tem mais um, são 12 lá”.

Na análise dos próprios assentados, os serviços prestados pela Coptec não atendem às demandas; são insuficientes. Em casos particulares, nota-se ainda certa dificuldade em termos de gestão. Alguns relatos ilustram esta argumentação conjunta:

(1) Assistência técnica é raro, não funciona. É, eles dizem que vão atender só se tiver demanda né, a gente tem que ter demanda pra eles irem.

(2) Não trabalho mais com a Coptec. Até me dou com eles, falo, encontro, mas resolvi que prefiro lidar direto com os bancos. Eu uso o Banco do Brasil e o Sicredi, lá eles me orientam direitinho, é mais rápido.

(3) Eles sempre pedem alguma coisa da gente, cinco por cento eles querem. Quando tu consegue alguma coisa eles sempre vêm mordendo. Eles ameaçam também, dizendo que nós vamos perder o lote se não for feito direito. Mas pode isso? Se a terra é nossa. Eles tinham que até pedir permissão pra entrar. Eu uma vez fui falar com o juiz sobre isso de perder o lote e ele me disse que ficava com meu contato e que isso era um problema deles, lá do Inera.

(4) É só papelada mesmo, assistência tem pouco. Eles são da região, sabe? [...] Sim, são do movimento mesmo [MST].

Ressalta-se que em termos de assistência técnica não se pode considerar a Coptec como única organização prestadora de tal serviço. Como já mencionado, casos como a patrulha agrícola (Smapa e Coperforte)<sup>5</sup> são passíveis de análise na medida em que proporcionam o serviço atrelado ao contato com o técnico junto aos assentados. Na Inspeção Veterinária igualmente ocorre assistência técnica, especialmente via controle sanitário, entrega gratuita de vacinas, orientação sanitária, prevenção e controle de doenças. O técnico da Inspeção afirma que

[...] a Coptec é um órgão do movimento. Eu sei que tem um veterinário próprio para brucelose. A Inspeção não trata mais da brucelose porque o Conselho Regional de Veterinários [CRMV] determinou que a Inspeção não iria fazer mais. A Coptec então passou a fazer unicamente o serviço. Nos tiraram da Inspeção e, agora, tá mais ou menos o trabalho, pelo que se tem visto.

---

<sup>5</sup> A Coperforte executa, por exemplo, assessoria jurídica aos assentados. É o caso do DAP (Declaração de Aptidão do Produtor, com validade de cinco anos), orientação esta que a cooperativa executa com o intuito de garantir o acesso a mercados institucionais. Ademais, realiza investimentos expressivos em máquinas e equipamentos destinados à patrulha agrícola que, conforme entendimento deste trabalho, inclui assistência técnica (COOPERATIVA..., 2013).

Não se observa, assim, sincronia capaz de melhor operacionalizar os serviços. A inexistência de sincronia nas ações de extensão rural (SOPEÑA, 2015) é, assim, notória diante dos dados coletados. A este respeito, e apenas a título de exemplo, aponta-se aqui o caso da entrevista realizada com o técnico da Inspeção, que trabalha há 19 anos naquela entidade. Além de o entrevistado desconhecer o trabalho da Coptec, desconhece também onde está estabelecida (o que se mostra incoerente, visto que ambas as entidades estão localizadas na mesma rua, a poucos metros uma da outra).

Um desencontro em termos de argumentação no conjunto de entrevistas, assim como o desconhecimento acerca da natureza da extensão rural de parte dos entrevistados indica que apenas mediante a conjunção de elementos é possível inferir qual a natureza da extensão rural praticada pela Coptec, ou seja, se é de ordem técnica, social, de gestão ou mesmo generalista. Assim, como apresentado adiante, o entendimento global acerca do acesso ao mercado (LOUW, 2008; SULAIMAN; DAVIS, 2012), bem como os demais elementos da análise, subsidiarão entendimento mais completo acerca do papel da extensão rural como promotora do acesso ao mercado.

### ***Produção e Agregação de Valor***

A produção de leite, de significativa importância no conjunto produtivo dos assentamentos (cerca de 1 milhão de litros/mês)<sup>6</sup>, é responsável por grande parcela da receita das famílias assentadas, contribuindo decisivamente no orçamento familiar dos produtores rurais. A viabilização da produção, conforme relatado em entrevista com o vereador do município, “depende essencialmente do recolhimento do leite nas propriedades. Isso se dá sem critérios de localização (alguns assentados estão a 100 km), ou

---

<sup>6</sup> Outras estimativas foram coletadas. Em entrevista com o vereador do município, o valor estimado foi por ele determinado em 1,5 milhão de litros/mês. Segundo pesquisador da Unipampa, a produção é de 1 milhão de litros/mês. Para a Coperforte, registros recentes sobre a produção chegam a 900 mil litros/mês.



seja, a Coperforte mantém o preço do frete igual, independente da distância”. O entrevistado ainda indicou seis ações consideradas fundamentais na condução da produção de leite:

- (a) a instalação de resfriadores coletivos (cerca de 80); (b) a recuperação de solos; (c) o investimento em insumos; (d) o fornecimento de adubo orgânico e calcário; (e) a presença de ordenhadeiras na maioria das famílias e (f) a compra de caminhão e de um bitrem para escoamento do leite, com possibilidade de aumento de carga.

Para a técnica da Smapa, a presença de ordenha mecânica e o projeto “Dissemina”<sup>7</sup> representam o avanço produtivo mais importante entre os assentados. De outro lado, argumenta que o maquinário disponibilizado aos produtores por meio da “patrulha agrícola auxilia a produção visto que se refere à preparação do solo, silagem e pastagens”. O serviço tem um custo de R\$ 35,00/hora. Para outro técnico entrevistado, da mesma entidade, “os postos de resfriamento do leite hoje [em dia] tem muito e tá bem bom, ajudando na produção”. Para o pesquisador da Unipampa, “pontos de resfriamento praticamente todos têm. O recurso do Incra possibilitou isso, muito via deputados e governo federal. Através da Coperforte e do APL do leite também se consegui recursos”. A entrevistada da Coperforte garante que a cooperativa auxilia a produção com patrulha agrícola, “mais do que a Secretaria [Smapa]”. A representante regional dos assentados apresenta argumento semelhante: “A patrulha agrícola da Smapa é pequena e atende mais os produtores maiores. Atende muito pouco os assentados, usam poucas horas pra assentados”.

---

<sup>7</sup> Operado pela Fepagro e Smapa, o projeto Dissemina (Programa Estadual de Incremento da Qualidade Genética da Pecuária de Carne e Leite) distribui sêmen em propriedades de assentados para reprodução biológica (inseminação). Para a entidade, o aumento da exploração da bovinocultura de leite, por exemplo, é uma realidade e seguramente a maior fonte de renda nas pequenas propriedades, em especial nos assentamentos da reforma agrária.

Para o docente e pesquisador da Uergs, a falta de recursos e o estilo de investimentos limitam em demasia a produção de leite em assentamentos.<sup>8</sup> Em seu entendimento, “não se conhece a realidade; as organizações e entidades comparam nossa realidade com outras realidades: isso não dá. Precisa-se reconhecer a realidade para ter uma planificação da ruralidade. Muitos investimentos têm a ver diretamente com realidade”. Em outro depoimento, de um técnico da Inspeção Veterinária, considera-se que “poucos estão bem financeiramente, são aqueles que se dedicaram muito. A maioria não produz a ponto de se afirmarem financeiramente”.

Quanto à agregação de valor, poucos registros são precisos do ponto de vista conceitual e, portanto, não se mostram pertinentes para análise. Apon-tamentos sobre agregação de valor na produção de leite são ainda incipientes no conjunto de entrevistas e referem-se com alta frequência ao futuro. Nesse sentido, um dos pontos mais destacados refere-se ao projeto de construção de um novo laticínio no município (agroindústria), capitaneado pela Coperforte (a ser instalado no assentamento Nova Santa Rita – Agrovila). A viabilidade deste projeto, segundo o pesquisador da Unipampa e o proprietário do laticínio Santa Luíza, é duvidosa. Para o primeiro, a argumentação é de que “com a implantação da nova agroindústria, a relação da Coperforte com a Cosulati será severamente abalada”. O segundo depoimento é de natureza mercadológica: “não acredito no sucesso de longo prazo do laticínio que a Coperforte vai instalar; mesmo que tenha auxílio inicial, no longo prazo, como vai competir com grandes indústrias de fora?”

---

<sup>8</sup> Precariedade do solo, baixa capacidade de investimento, formato produtivo deficiente, característica de uma região de basalto e ocorrência de seca, são questões levantadas pelo entrevistado como problemáticas. Por outro lado, observa-se a realização de investimentos expressivos da Coperforte 2013/2014. Segundo dados da cooperativa (Coperforte, 2013), somente no município de Santana do Livramento, os seguintes recursos foram realizados na bacia leiteira dos assentamentos: 1 pavilhão industrial (R\$ 294 mil); 2 roçadeiras hidráulicas (R\$ 12,4 mil); 1 caminhão tanque (R\$ 250 mil); 3 ensiladeiras (R\$ 54 mil); 3 tratores (R\$ 300 mil); 3 reboques agrícolas (R\$ 40,5 mil); 145 resfriadores (R\$ 870 mil); 1 caminhoneta para atender PAA e PNAE (R\$ 50 mil); 2 caminhões tanque (R\$ 500 mil); 1 tanque isotérmico (R\$ 204,3 mil) e 1 cavalo mecânico (R\$ 260 mil).

Muitos entrevistados apontam a nova agroindústria como potencial para a agregação de valor, como o caso dos registros obtidos na Coperforte, Coptec e Smapa. O plano pode ser percebido nas palavras do vereador local:

Em 2014, a Coperforte vai construir uma agroindústria de leite e derivados; de médio porte. A ideia que a gente tem é atingir também o mercado. A cooperativa tem que agregar valor, tem que tá bem e vai ajudar que o seu município se desenvolva também. A agroindústria vai ser construída no assentamento Santa Rita, que fica a 30 km de Rosário. Essa é uma localização mais estratégica do ponto de vista da distribuição.

Apesar da sustentação de que a agregação de valor ao produto permite aumento de competitividade, como assinalado pela teoria (SEVILLE; BUXTON; VORLEY, 2011), o entendimento dos entrevistados assume outra direção acerca deste fenômeno. Para o docente da Unipampa, “competitivos eles [assentados produtores de leite] não são; mas dá para pensar que a Coperforte deu certa competitividade para os produtores na medida em que busca o leite, faz o convênio com a Cosulati, etc.” O docente da Uergs considera “complicado demais pensar nesse conceito, (...) depende muito da relação institucional que se estabelece; disputas políticas são importantes aqui”. Mesmo argumento pode-se notar para o agente financeiro entrevistado e para o prefeito. Para este último,

este é um salto de qualidade que ainda precisa ser dado. Com o advento da indústria de leite da Coperforte, que será construída na região de Santa Rita, com recursos de cerca de R\$ 10 milhões do Fundo Social do BNDES, acredito que teremos condições de inserção no mercado consumidor com identidade própria. Contudo, a viabilidade do empreendimento demanda, dentre vários outros fatores, de uma boa estratégia mercadológica, a fim de disputar com as demais indústrias já consolidadas no mercado. A agregação de valor se dará a partir da consolidação da atividade industrial.

## ***Aspectos Acerca de Economic Literacy***

Conforme mencionado, os temas relacionados para a avaliação do nível de conhecimento econômico, pela literatura denominado de *economic literacy*, são muito variados. Eles envolvem os seguintes elementos: relações comerciais, parceiros de negócios, duração das relações comerciais, conhecimento sobre a cadeia produtiva, preparação de recursos humanos, conhecimento mercadológico, certificação/normatização de mercado e inovação (SWANSON; RAJALAHTI, 2010). Na condução de algumas entrevistas, parte deste conjunto de aspectos foi subtraída ou desviada do depoimento dado. Embora se reconheça esta particular deficiência, considera-se profícua a coleta realizada para composição dos resultados.

A questão comercial, como já apresentado, está centrada na Coperforte. Esta relação duradoura apresenta-se predominante, muito embora os produtores de leite assentados estabeleçam outras formas comerciais – caso dos laticínios. Entrevistas abertas realizadas com assentados indicam claramente a posição dominante da cooperativa do ponto de vista da efetivação dos negócios realizados. As respostas são diretas: “A gente trabalha com a Coperforte”. O sentido de movimento formado entre os atores do processo deve ser considerado na interpretação destas relações. Conforme observa o pesquisador da Unipampa, “eles têm a cultura da participação, uma coisa que é própria do movimento [MST]”. Posto isso, não parece razoável supor outro comportamento comercial que não esteja embebido no processo de cooperação experimentado nos últimos anos. No entendimento do poder público, “as relações comerciais precisarão ser consolidadas gradativamente através de um forte ‘Departamento’, que atue nessa área”.

Em termos de conhecimento sobre a cadeia produtiva na qual estão inseridos, assim como o nível de participação que potencialmente nela possam assumir, não se observa tendência ou informação concreta entre os produtores. Para o pesquisador da Unipampa, “os assentados não conhecem a cadeia produtiva do leite, são muito humildes”. Mesmo registro foi fornecido

pela técnica da Smapa: “eles desconhecem a cadeia do leite”. Para o docente da Uergs, “não há qualquer percepção ou conhecimento dos assentados em termos de cadeias produtivas”. Ao serem questionados diretamente sobre o conjunto de organizações que integram a cadeia produtiva, do leite *in natura* ao produto derivado, a observação obtida dos produtores repete-se, ou seja, situa-se sempre no mesmo ponto: “o leite vai pra Cosulati de Pelotas”. Em outra entrevista, o produtor alegou não saber o destino do leite recolhido: “isso eu não sei”. Para um terceiro entrevistado, a resposta obtida foi: “diz que vai pra Bagé ou Pelotas”.

Não há, ainda, registro de preparação de recursos humanos que são, conforme aponta a literatura, necessários em termos de formação para acesso ao mercado. É bastante razoável supor que ao se formar certo entendimento sobre a cadeia produtiva na qual se produz, o conhecimento mercadológico se constrói de forma mais apurada, notadamente em virtude da relação de dependência que ambas as questões guardam. A pesquisa de campo não detectou a formação destas competências econômicas entre os produtores rurais assentados. Para o prefeito, a negação é clara: “os produtores, individualmente, em minha opinião, ainda não possuem um amplo conhecimento do mercado consumidor e suas potencialidades. Mas esse papel penso que está sendo exercido pelas lideranças do setor de produção de cada assentamento”.

Atingir níveis de normatização na produção de leite é um objetivo perseguido por muitos técnicos; especialmente para os profissionais da Smapa. Em entrevista realizada nesta Secretaria, a técnica observa que “a normatização na produção de leite é difícil de se estabelecer; observamos, por exemplo, o manejo da ordenhadeira com terra”. Ao contrário, nos dois laticínios estabelecidos no município, a produção é integralmente inspecionada pela Smapa. A existência de inovação em assentamentos produtores de leite – questão esta que encerra a seleção de temas de *economic literacy*

– curiosamente concentrou-se em um tema particular: o centro de recria.<sup>9</sup> Parece haver a percepção corrente de que o uso daquele recurso vincula-se a uma inovação técnica.<sup>10</sup> Técnico da Smapa observa que “o centro de recria foi dado pela Fepagro. A Fepagro repassou para o movimento e os assentados levam as novilhas pra lá”. Para a coordenadora regional dos assentamentos, “o centro de recria ajuda muito e é muito barato”. Ao descrever o processo, o legislador municipal destaca:

O centro de recria em Dom Pedrito é uma inovação que permite que a teineira com 90 dias chegue ao centro, que se compromete em criá-la, com uma mensalidade muito barata – cerca de R\$ 35,00 por animal – depois a inseminação é feita e o animal é devolvido pra propriedade 2 meses antes de parir. Assim, como os lotes de assentamentos são pequenos (em média 24 hectares), o centro de recria representa uma importante inovação para as famílias assentadas. Melhora, enfim, a qualidade do rebanho e se produz maior volume de leite.

Para o técnico da Emater, “o centro de recria é uma boa proposta, mas não gostei do rapaz que idealizou, notei que ele mesmo executa; isso não é bom. Como pode executar aquilo que idealizou? Não me parece bom isso”. Ao divergir da presença de inovação no uso do centro de recria, o docente da Unipampa entende que esta atividade apenas “faz parte do processo de produção. Isso foi copiado lá do Uruguai; é como se fosse uma cópia. Inovar é uma coisa bem diferente”. De outro lado, percebe a existência de inovação na gestão promovida pela Coperforte em período recente: “a gestão pela Coperforte foi sempre sendo aperfeiçoada, penso que tem um pouco de inovação nisso”. O mesmo entendimento foi informado pelo docente da

<sup>9</sup> Centro de Recria André Voisin: para a produção de leite em assentamentos, o centro de recria é basicamente o local destinado à criação de novilhas. Estabelecido em área cedida pela Fepagro, o Centro encontra-se no município de Dom Pedrito/RS. Pelos depoimentos colhidos, a mensalidade cobrada dos assentados é de R\$ 35,00 e o trabalho executado conta com alunos da UFPEl, que trabalham gratuitamente em estágios curriculares.

<sup>10</sup> O conceito de inovação na agricultura, conforme observado na revisão da literatura, está intimamente relacionado aos esforços de interação com outros agentes da cadeia produtiva (WORLD BANK, 2012).

Uergs. Em sua fala, este pesquisador acrescenta que “a inovação requer diálogo constante com a realidade dos assentados. É o modelo de desenvolvimento adotado que leva à tecnologia e inovação, não o contrário. Neste cenário, a experiência do agricultor importa”. Interessante observar a relação defendida entre inovação e pesquisa que, nas palavras do representante do poder público, “é um dos grandes desafios. Até pouco tempo atrás, nem luz os agricultores possuíam. É preciso desenvolver pesquisa permanente no setor. Nesse sentido, o Arranjo Produtivo Local do Leite é uma ferramenta muito positiva para auxiliar nesse processo”.

### ***Sobre Políticas Públicas***

As entrevistas demonstraram que não há um nível adequado de sensibilidade do poder público quanto aos projetos e demandas em assentamentos. O poder público local é percebido como atuante por um único entrevistado, pesquisador da Unipampa: “É sensível sim, principalmente agora, o atual, que é do PT [Partido dos Trabalhadores]”. Para o prefeito do município, o mesmo se observa:

Penso que sim. Nas três esferas existe uma atuação integrada, focada no estímulo à produção da agricultura familiar. Os poderes públicos, com suas evidentes limitações, têm atuado no fomento à produção através de linhas de crédito, aquisição de alimentos, qualificação técnica e infraestrutura rural.

Nos demais casos é explícita a acusação de falta de sensibilidade em relação à realidade dos assentados, como registrado pela representante da Coperforte: “Poderia ser bem melhor, falta estrada (que tá péssimo; não é ruim, é péssimo mesmo), entre outras coisas. A gente vê que a soja e o milho são preocupações deles, mas se tu pensar, pra esse negócio tu tem

que buscar só duas vezes por ano; e o leite busca todo dia”. No depoimento do docente da Uergs, observa-se seu esforço em relacionar poder público e desenvolvimento rural por meio de engajamento político.

A Coperforte tem reclamado muito da falta de diálogo. De uma forma geral, não há uma grande estratégia de desenvolvimento rural em Livramento, não se pensa a realidade, embora nosso potencial seja muito bom. Na verdade, nossa região não pensa em desenvolvimento, só em PIB [Produto Interno Bruto], só em soja.

Resultados muito semelhantes são encontrados pelos representantes da Coptec, da Inspeção Veterinária local e da coordenadora regional dos assentados. Para esta última, “o governo municipal atual ajuda muito pouco, fala que tá fazendo, que tá preocupado, mas não se vê resultado nenhum na prática. Os governos estadual e federal ajudam mais. Nos falta estrada, escola e transporte principalmente”. Entre os assentados os mesmos pontos são reforçados: “As estradas principalmente tão péssimas, não as internas da propriedade, mas as de responsabilidade do município. Essas tinham que arrumar, mas não fazem nada”. Vale acrescentar, neste entendimento, que os depoimentos referem-se não somente ao atual governo, mas também aos governos anteriores.

Merece destaque a questão que envolve o debate participação *versus* políticas *top-down* (SOPEÑA, 2015). Mesmo considerando o baixo nível de sensibilidade governamental, antes discutido, o conjunto mínimo de planificação e atuação governamental por eles (entrevistados) referido enseja um predomínio de políticas participativas, ou seja, não se configura nesta coleta de dados a prática de políticas *top-down*. A técnica da Smapa, atual coordenadora do APL do leite, afirma que: “Não tem não políticas de cima pra baixo, os assentados participam sim. O APL é um exemplo e ajuda muito nisso, elas participam, há muitas palestras em assentamentos também”. A partir do depoimento de um docente da Unipampa observa-se que: “É mesclado, não é *top-down* puramente, incorporam pessoas dos assentamentos sim. Na verdade, projeto de cima pra baixo é difícil de implantar com eles porque eles têm a cultura da participação, uma coisa que é própria do movimento [MST]”.



## ***O Sentido de Cooperação***

A ocorrência de comportamento cooperativo está caracterizada no âmbito da Coperforte. A experiência da técnica da Smapa indica que “cooperação há sim, entre os assentados e a cooperativa [Coperforte]”. Mesmo resultado é possível indicar para outros entrevistados, como é o caso do docente da Unipampa, da representante da Coperforte e dos técnicos da Coptec. Em entrevista com o vereador municipal, o fato que para ele melhor expressa o sentido cooperativo existente está relacionado ao preço do frete. Em suas palavras,

o preço igual do frete, no recolhimento do produto, é fruto de um trabalho de conscientização acerca do cooperativismo. A Coperforte ainda dá bonificação pela qualidade do leite e pelo volume – de um centavo e dois centavos por volume de 1.500 litros e 3.000 [respectivamente]. Isso caracteriza um incentivo à produção e é chamado de “política do volume”.

O mesmo entrevistado observa que

a transparência é uma característica da Coperforte. Debates são importantes e documentos estão sempre à disposição dos cooperados. Os conselhos da Coperforte funcionam de verdade, com reuniões semanais e retorno das demandas dos assentados. A Coperforte vai até grupos de assentados, que chamamos de núcleos, e discute com eles os problemas e questões.

Também se observa interação efetiva entre os pares que, para o entendimento do professor da Unipampa, ocorre por intermédio do MST. “O MST tem cursos de formação de lideranças e muitos assentados vão nesses cursos, inclusive aqui em Livramento acontece”. O representante do poder público local expressa a questão cooperativa vinculando-a à Coperforte e aos trabalhos conduzidos pelo APL do leite. Para ele,

a organização dos principais atores em torno de uma cooperativa expressa um sentido de solidariedade fundamental para a viabilização dos sonhos futuros. E o envolvimento dos demais atores através do APL pode assegurar o conjunto de ações necessárias para a consolidação e expansão da atividade produtiva com agregação de valor.

Estes sentidos de interação e envolvimento estão notadamente e diretamente vinculados com a formação de lideranças, uma vez que não há como pensar em formar líderes sem estes preceitos. O docente da Unipampa destaca a participação feminina em termos de formação de lideranças entre os assentados do município e alega conhecer pessoalmente ao menos dois casos concretos. Para a representante da Coperforte, este movimento é natural: “Lideranças? Sim, uns nascem pra mandar, outros para obedecer”. A cooperação, a interação e a formação de lideranças sustentam-se na esfera da Coperforte. O mesmo não se pode afirmar com relação aos demais espaços que conformam a realidade produtiva dos assentados. Não se reconhece, por exemplo, qualquer envolvimento ou reconhecimento de consumidores acerca do processo. Para a técnica da Smapa, “o consumidor em nada participa da produção leiteira em assentamentos, nem mesmo conhece”.

Fica evidente, pelas entrevistas realizadas, que o sentido de cooperação está relacionado fortemente – e dele deriva, com o processo produtivo local em si. Os movimentos cooperativos são registrados, assim, em torno da produção particularmente conduzida em assentamentos, destituídos, portanto, de um cenário produtivo maior, próprio da cadeia produtiva ou da presença de *stakeholders* no processo.

## Considerações Finais

O objetivo central desta pesquisa foi analisar em que medida as ações de extensão rural traduzem o papel novo-desenvolvimentista atribuído ao Estado brasileiro e o quanto as políticas *pro-market* de acesso ao mercado estão contempladas naquelas práticas. Inicialmente deve-se destacar que a orienta-

ção ao mercado, ou o seu acesso, pôde ser detectada na literatura internacional sobre extensão rural e está, assim, plenamente caracterizada. De outro lado, aspectos teóricos trabalhados sobre o papel do Estado em cenário contemporâneo demonstram a centralidade do mercado como elemento essencial aos objetivos próprios do desenvolvimento produtivo. Especialmente nesta discussão é possível observar referências a um Estado estratégico que consiga atuar em um mundo mais desafiador e complexo. Estado forte, mercado forte, que proporcione desenvolvimento produtivo e social. Este parece ser um objetivo central do novo- desenvolvimentismo. Recoloca-se a relação entre Estado e mercado em um patamar que assegura, ao primeiro, um sentido de ator estratégico. Nessa perspectiva, correspondências entre as políticas preconizadas pelo novo-desenvolvimentismo e a literatura internacional sobre extensão rural são evidentes, dialogam e assumem nítida sintonia.

As políticas de extensão rural orientadas ao mercado – indicadas neste trabalho como políticas *pro-market* – englobam um conjunto de preceitos que orbitam o cenário de desenvolvimento produtivo anteriormente citado. O centro das orientações estabelece diretrizes de acesso ao mercado tanto para agricultores como para outros atores das cadeias de valor, inclusive com ferramentas metodológicas direcionadas à competitividade daquele público (*value chain learning*). Nessa literatura é possível, portanto, constatar o esforço de exaltar elementos próprios de atuação em mercados complexos de valorização produtiva (usualmente estudados por meio do conceito *regovering markets*), tais como a agregação de valor, o estabelecimento de relações comerciais (contratos), a inserção em cadeias produtivas (*value chains*), a valorização da competitividade, a ampliação de conhecimentos mercadológicos e a prescrição da inovação ou *agricultural innovation system* como ação desejável (em sentido *lato sensu*). Em adição, considera-se que pequenos produtores devem estar inseridos de forma estratégica em mercados (locais ou globais) para reduzir a pobreza rural via rentabilidade e competitividade. Nesse sentido, a preparação, organização e atuação em termos de recursos humanos orientados ao mercado (*economic literacy*) constituem importante tarefa.

Verifica-se a prescrição de um forte engajamento político no âmbito dos trabalhos de extensão rural voltados a concretizar o acesso ao mercado, destacando-se, em alguns casos, os agentes promotores desta ação (como no caso da indicação de Ministérios de Agricultura e finanças dos países). Esta orientação talvez represente a correspondência mais marcante com o debate novo-desenvolvimentista, chegando ao ponto específico de se recomendar ampla reformulação das práticas extensionistas em prol do acesso a mercados – em sentido institucional. Ao destacar a complexidade das exigências do mercado como uma real barreira a este empreendimento, novamente se assume a importância das instituições no processo, sejam elas estatais ou não, desprezando o modelo tradicional de extensão rural (voltado unicamente à transferência de tecnologia).

A sintonia existente entre as ações extensionistas preconizadas pela literatura internacional e o modelo político de valorização do mercado como elemento propulsor do desenvolvimento (produtivo) é notória, convergindo na mesma direção. A defesa de uma ampla interação dos atores envolvidos em cadeias produtivas (não somente os agricultores) corrobora a intenção de ampliar a participação de pequenos agricultores em mercados complexos (“inclusão produtiva”), fortalecendo-os como instituição basilar do novo-desenvolvimentismo.

Vale ressaltar que, a despeito dos valores que ambas as abordagens possam encerrar, não se verifica, sequer minimamente, referências em torno da questão da legitimidade e do poder nos quais os mercados são constituídos. Assim, as duas abordagens mostram-se, senão apolíticas, destituídas de análise crítica acerca da construção daqueles mercados e das questões de poder inerentes ao processo. Esta constatação é ao mesmo tempo uma recomendação para novos estudos e uma limitação desta pesquisa. Percebe-se, no entanto, o quanto factível e promissor é uma investigação combinada de abordagens e o quanto ainda se pode avançar no sentido de entender e desvendar as políticas voltadas à extensão rural. O trabalho de campo ora apresentado procurou percorrer este caminho. Ao trabalhar com as diferen-

tes categorias de análise, elaboradas para o propósito de analisar o acesso ao mercado para produtores rurais assentados, resultados pontuais foram encontrados e são, a seguir, expostos.

A caracterização do modelo de mercado daquela produção indicou a formação clara de um monopólio. Tal modelo firma-se em um contrato relacional que apresenta forte componente político, destituído, portanto, de uma interpretação clássica que se poderia conceber acerca de cadeias produtivas ou de desenvolvimento produtivo *pro-market* puro. O acesso aos mercados institucionais foi registrado, muito embora de forma marginal, assim como se pôde constatar na condução de negócios com laticínios locais. Com relação às políticas de extensão rural orientadas ao mercado, pouca evidência se pôde observar, não havendo sequer sincronia de ações. De um lado, uma manifesta dissensão institucional impede o engajamento entre instituições; de outro, dificuldades conceituais e existência de conteúdos furtivos são notórios entre os depoimentos. Em complemento, a percepção dos próprios produtores acerca desta assistência é amplamente negativa, o que está respaldado pelo desencontro argumentativo anteriormente destacado. Esta falta de orientação para o mercado ainda se caracteriza por uma ampla desconexão institucional que não permite inequivocamente detectar a existência de uma única prestadora daquele serviço.

Em termos produtivos, o recolhimento do leite é uma ação central que, somada ao processo de ordenha mecânica e de inseminação, apresenta-se como elemento produtivo mais importante daquela atividade. Escassos são os níveis de investimentos, assim como os recursos empregados. Ações relacionadas à patrulha agrícola são exaltadas entre entrevistados, assim como o estabelecimento de postos de resfriamento do leite. Do ponto de vista econômico, tais realizações estão aquém de um modelo pleno de inserção produtiva, especialmente quando se considera este conjunto de fatores como essenciais ou mínimos para a realização daquele processo produtivo. Neste mesmo cenário não há registros de agregação de valor ao produto e, em adição, o que se vislumbra em termos de valor adicionado está vinculado

ao futuro. A promessa de instalação de um novo laticínio em Santana do Livramento é argumento recorrente para o conjunto de entrevistados, o que revela a inexistência deste empreendimento no âmbito dos assentamentos. Ademais, e complementando o argumento anterior, a incerteza quanto à capacidade de tal empreendimento se sustentar diante das agroindústrias estabelecidas é nítida. Competitividade não há naquele cenário produtivo. Poucos depoimentos são percebidos e, ainda assim, estão diretamente vinculados ao que antes fora apontado: a perspectiva com a nova agroindústria (ver recente estudo de DEON; NEUMANN, 2017).

Em termos de *economic literacy*, o predomínio de relações comerciais duradouras é detectado unicamente com a cooperativa local. Não há evidências de conhecimentos mercadológicos e de interação com cadeias produtivas que possam caracterizar uma política *pro-market* naquele ambiente produtivo. A perspectiva política também parece coexistir com a realidade produtiva *stricto sensu*, muitas vezes subtraindo o conteúdo mercadológico que a ela se atribui. Assim, se por um lado o sentido cooperativo importa naquela atividade, por outro, pelo conteúdo político que assume, desvirtua o componente econômico que dela faz parte. Nesta mesma linha de interpretação, não é perceptível a preparação de recursos humanos, a formação de competências econômicas, o estabelecimento de normatização de processos, o acionamento do mercado consumidor ou mesmo ações inovadoras entre os produtores rurais assentados. Fica evidenciada, portanto, a falta de correspondência entre o que se prescreve em termos teóricos e a realidade observada.

Políticas públicas orbitam insatisfatoriamente a atividade, conforme se pôde detectar no trabalho de campo. Não há um nível adequado de sensibilidade do poder público e, por conseguinte, não se pode pensar com propriedade no debate participação *versus* políticas *top-down*. O sentido de cooperação está caracterizado, muito embora fortemente destituído do sentido *pro-market*, como anteriormente assinalado. A formação de lideranças neste ambiente também está estabelecida, contribuindo para a sustentação de um consenso em torno da cooperação.

Por fim, diante das explicitações realizadas, conclui-se que políticas *pro-market* não estão contempladas na atividade produtiva estudada. Tampouco pode-se aqui considerar uma correspondência entre ações novo-desenvolvimentistas e o acesso de produtores rurais ao mercado, notadamente pela orientação mercadológica incipiente que se verifica mesmo para mercados institucionais, característicos da realidade brasileira. Embora o sentido de cooperação esteja identificado, a pesquisa permite observar que seu conteúdo não parece romper com seus próprios limites, não há uma vitalidade capaz de avançar em direção ao desenvolvimento produtivo, assim como não se verifica este preceito indutor em termos de políticas públicas de cunho estratégico – próprias do novo-desenvolvimentismo. Sugere-se, como proposta para novos estudos, a possibilidade de análise sobre as redes interinstitucionais estabelecidas, notadamente pela importância que demonstram possuir para a interação dos agentes atuantes no setor.

## Referências

- AGUIAR, J. *Uso da terra, técnica e territorialidade: os assentamentos de Santana do Livramento/RS*. Porto Alegre: UFRGS, 2011.
- AGUIAR, J.; MEDEIROS, B. Reforma agrária em Santana do Livramento/RS: uma abordagem através dos sistemas agrários. *Campo – Território: Revista de Geografia Agrária*, v. 5, n. 10, p. 226-258, 2010.
- ALARCON, E. The institutional structure of rural extension and public-private relations in Latin America. *Policy Notes*. Santiago: Relaser – Red Latinoamericana para Servicios de Extensión Rural, 2012.
- ARBIX, G.; MARTIN, S. B. *Beyond developmentalism and market fundamentalism in Brazil: inclusionary state activism without statism*. In: Workshop on “States, Development and Global Governance”. Wisconsin: University of Wisconsin-Madison, 2010.
- ASSISTÊNCIA TÉCNICA, SOCIAL E AMBIENTAL (Ates). *Apresentação do documento orientativo sobre o Programa de Ates em 2014*. Disponível em: <<http://www.atesrs.net.br>>. Acesso em: 22 fev. 2015.
- BONI, V.; QUARESMA, S. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*, v. 2, n. 1, p. 68-80, 2005.

- BRASIL. *Lei nº 12.619, de 30 de abril de 2012*. 2012. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lci/L12619.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lci/L12619.htm)>. Acesso em: 3 set. 2015.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional. *São Paulo em Perspectiva*, v. 20, n. 3, p. 5-24, 2006.
- BUAINAIN, A. et al. Sete teses sobre o mundo rural brasileiro. *Revista de Política Agrícola*, v. 22, n. 2, p. 105-121, 2013.
- CARDOSO JUNIOR, J.; SIQUEIRA, C. *Complexidade e desenvolvimento: diálogos para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, 2011.
- CARRILLO, I. R. The new developmentalism and the challenges to long-term stability in Brazil. *Latin American Perspectives*, v. 41, n. 5, p. 59-74, 2014.
- CHRISTOPOLOS, I. *Agricultural advisory services and the market*. Swedish International Development Cooperation Agency – Sida. Overseas Development Institute – ODI. Natural Resource Perspectives, 2008.
- COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PÚBLICAS FEDERAIS (Coperforte). *Informativo Coperforte*, Santana do Livramento, ano 2, n. 5, 2013.
- DEON, P. R. C.; NEUMANN, P. S. Contribuições dos serviços de extensão rural em assentamentos da reforma agrária no RS: uma leitura a partir da agroindustrialização como estratégia de acesso aos mercados. *Desenvolvimento em Questão*, v. 15, n. 39, p. 262-300, 2017.
- DIESEL, V.; NEUMANN, P. S.; SÁ, V. C. *Extensão rural no contexto do pluralismo institucional: reflexões a partir dos serviços de Ates aos assentamentos de reforma agrária no RS*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2012.
- FONTANELLA, B. J. B.; RICAS, J.; TURATO, E. R. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 24, n. 1, p. 17-27, 2008.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (FEE). *Resumo estatístico*. Disponível em: <[http://www.fee.tcche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg\\_municipios\\_detalle.php?municipio=Santana+do+Livramento](http://www.fee.tcche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_municipios_detalle.php?municipio=Santana+do+Livramento)>. Acesso em: 22 fev. 2016.
- GARCIA, J. R.; VIEIRA FILHO, J. E. R. Reflexões sobre o papel da política agrícola brasileira para o desenvolvimento sustentável. *Texto para discussão 1936*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2014.
- KAHAN, David. *Market-oriented advisory services in Asia – a review and lessons learned*. Bangkok: RAP Publication, Food and Agriculture Organization of the United Nations Regional Office for Asia and the Pacific, 2011.
- LOUW, A. Agribusiness linkages in the Southern African region: small farmer participation. *Regoverning Markets – Policy Brief 2*, University of Pretoria, Department of Agricultural Economics, Extension and Rural Development, 2008.



NEUCHÂTEL GROUP. *Common Framework on Market-Oriented Agricultural Advisory Services*. Lindau (Switzerland): Swiss Center for Agricultural Extension and Rural, 2008.

POUPART, J. et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

SAAD-FILHO, A.; MORAIS, L. Da economia política à política econômica: o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula. *Revista de Economia Política*, v. 31, n. 4, p. 507-527, 2011.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. *Revista de Economia Política*, v. 30, n. 3. p. 511-531, 2010.

SEVILLE, D.; BUXTON, A.; VORLEY, B. *Under what conditions are value chains effective tools for pro-poor development?* Ford Foundation. International Institute for Environment and Development/Sustainable Food Lab. Unites States, 2011. Disponível em: <<http://pubs.iied.org/pdfs/16029IIED.pdf>>.

SOPEÑA, M. Papel do Estado brasileiro na perspectiva do desenvolvimento produtivo: correspondências e interfaces com a literatura internacional sobre extensão rural. *Extensão Rural*, v. 22, n. 3, p. 110-127, 2015.

SISCÚ, J.; PAULA, L. F.; MICHEL, R. Por que novo-desenvolvimentismo? *Revista de Economia Política*, v. 27, n. 4, p. 507-524, 2007.

SULAIMAN, R.; DAVIS, K. *The “new extensionist”*: roles, strategies, and capacities to strengthen extension and advisory services. Global Forum for Rural Advisory Services (GFRAS), 2012.

SWANSON, B. E. The changing role of agricultural extension in a global economy. *Journal of International Agricultural and Extension Education*, v. 13, n. 3, p. 5-17, 2006.

SWANSON, B. E.; RAJALAHTI, R. Strengthening agricultural extension and advisory systems: procedures for assessing, transforming, and evaluating extension systems. *Discussion Paper 45*. Agriculture and Rural Development, The International Bank for Reconstruction and Development, The World Bank, 2010.

TEIXEIRA, G. *O agronegócio é “negócio” para o Brasil?* Associação Brasileira de Reforma Agrária. MST. 2013. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/content/o-agronegocio-e-negocio-para-o-brasil>>. Acesso em: 3 set. 2016.

WORLD BANK. *Agricultural innovation systems: an investment sourcebook*. Agricultural and Rural Development. World Bank. 2012. Disponível em: <<https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/2247>>. Acesso em: 14 dez. 2016.